

Dia 21 tem Apagão no Judiciário. Categoria para 3 horas

Os servidores de SC fizeram ontem paralisação na luta pela data-base ponto de destaque da pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2014. Foi aprovada nova paralisação de três horas (15h às 18h) no dia 21 de maio, na Justiça Federal. Haverá transporte para levar até lá os servidores das demais justiças. Nesse dia acontece em todo o país o “Apagão no Judiciário”.

Também participaram da paralisação servidores das Varas Federais de Chapecó, Laguna e de Itajaí (também o Administrativo). Blumenau entrou na luta, com servidores das Varas Federais e da JT e Distribuição. Em Reunião Seto-

rial dos servidores daquele município foi deliberada divulgação mais incisiva entre os colegas a fim de construir uma participação mais ampla em 21 ou em 29 de maio, conforme se definir nos diversos Setores.

Luta pela saúde

Na Assembléia de ontem as psicólogas Gabriela Burin e Elka Lima Hostensky falaram sobre o trabalho que o Sindicato está desenvolvendo em prol da saúde dos servidores, com campanha que envolve desde esclarecimentos até acolhimento psicológico (saiba mais em <http://www.sintrajusc.org.br/>



**Serviço público de qualidade
Valorização do servidor
Combate ao assédio moral**

?mod=spaginas&id=54).

Nesta quinta-feira, servidores das bases do Sintrajufe/RS e do Sintrajud/SP iniciaram Greve por tempo indeterminado, unindo-se

**Fortaleça a luta pela data-base!
Participe ativamente da paralisação
do dia 21 de maio, das 15 às 18 horas!**

aos servidores da Bahia e de Mato Grosso, que já estão em greve desde o dia 29 de abril.

Com a entrada destes dois grandes estados, a greve no Judiciário Federal amplifica-se e ganha novos contornos, incentivando todos os demais sindicatos a apressarem seus calendários e preparativos para deflagrar a greve na sua base e dessa forma aumentar a pressão sobre o governo Dilma e a cúpula do Judiciário, buscando assegurar abertura de negociações e efetivo atendimento da pauta geral dos servidores federais e da específica do Judiciário Federal.

Categorias em Greve

Desde meados de março, o movimento grevista vem sendo construído no âmbito dos servidores públicos federais, com paralisações em diversas categorias do Executivo, como já verifica com os servidores das universidades federais, professores e técnicos das escolas técnicas federais e servidores da cultura.

Professores das universidades paralisam por 24h no dia 21/05 e avaliam calendário para deflagração de Greve. Polícia Federal e Auditores da Receita Federal vêm fazendo paralisações pontuais e operação-padrão e deram ultimato ao governo até fim deste mês, indicando a possibilidade de deflagração de Greve às vésperas da Copa.

A Greve amplia-se e se intensifica, devido à intransigência do governo Dilma, que se nega a abrir

negociações com os servidores e sinalizou que só volta a conversar em 2016.

Como mais um ponto de luta, na Assembleia de ontem também foi aprovada, por unanimidade, moção contra a possibilidade de criação de uma carreira própria para os servidores do STF e demais tribunais superiores.

Calendário de mobilização

- **21/05**, Apagão do Judiciário e do MPU, com paralisação de atividades em todos os locais de trabalho no país, com reali-

zação de atos e assembleias;

- **29/05**, Dia Nacional de Luta e pressão, com realização de atos nos estados, sendo que a data marca o prazo limite para que a mesa de negociação recém instalada com o Judiciário apresente proposta efetiva de reposição salarial emergencial, com reposição das perdas específicas da categoria, que já ultrapassam os 50%;

- **31/05** - Encontro Nacional dos Técnicos;

- **01/06** - Reunião Ampliada da Fenajufe com seus 31 sindicatos filiados.

PEC que garante proventos integrais na aposentadoria por invalidez vai a plenário

A comissão especial destinada a apreciar e emitir parecer à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 170/2012, que garante proventos integrais ao servidor que se aposentar por invalidez, aprovou, dia 14, o substitutivo do relator, deputado Marçal Filho (PMDB/MS).

A matéria, de autoria da deputada Andreia Zito (PSDB/RJ), segue agora ao plenário da Câmara dos Deputados para apreciação em dois turnos de votação. A Fenajufe, que vem participando dessa luta, vai continuar acompanhando a tramitação da proposta no Congresso Nacional.

A proposta prevê que todo servidor público que tenha ingressado na administração pública até

31 de dezembro de 2003, antes da Reforma da Previdência (Emenda Constitucional 41), receba seu salário integralmente no caso de ficar incapacitado para o trabalho.

Atualmente, a Constituição prevê a aposentadoria por invalidez com proventos integrais apenas nos casos de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave prevista em lei, como hanseníase, paralisia irreversível e mal de Parkinson.

Se o servidor sofrer um acidente fora do trabalho e ficar inválido, por exemplo, pode ser aposentado, mas receberá remuneração proporcional ao seu tempo de contribuição. (Fenajufe)

Facebook: Sintrajusc

Twitter: @sintrajusc

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668 - **imprensa@sintrajusc.org.br** - **www.sintrajusc.org.br** Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 1.000 exemplares